

Da sociologia brasileira



Por **ALMERINDO JANELA AFONSO***

Os inúmeros congressos científicos foram quase sempre lugares e tempos luminosos, porque indispensáveis à formação, à aprendizagem intersubjetiva, à vivência de momentos únicos e, sobretudo, ao conhecimento atualizado do trabalho de investigação dos pares, em comunidades de pertença ou de referência.

Com idêntico pendor autobiográfico, este ensaio dá continuidade à revisitação de trabalhos e à convocação de memórias de professores que tive e de aprendizagens que fiz do tempo em que vivi no Brasil.

Desde que regressei até hoje, sabendo “que há léguas a nos separar [e] tanto mar, tanto mar...” [\[i\]](#) a verdade é que a distância nunca me separou, nem da sociologia brasileira, nem dos autores que mais marcaram a minha formação acadêmica.

Ao longo dos anos, inúmeras viagens, de ida e volta, permitiram manter bastante atualizada a produção bibliográfica brasileira e ajudaram a manter laços, afetos, amizades e intercâmbios científicos, nomeadamente com colegas do mesmo ofício, que muito considero pessoal e intelectualmente. As razões, sentimentos e vivências, misturaram-se com a sociologia e a sociologia com educação.

Em São Paulo, entre 1976 e 1983, fiz a graduação em ciências políticas e sociais e frequentei a pós-graduação em ciências sociais. Nessa altura, para além dos inevitáveis clássicos, na maioria europeus e norte-americanos, estudei, como seria de esperar, várias obras de importantes autores brasileiros e latino-americanos. Algumas dessas obras, que mantenho na minha biblioteca, busco e rebusco quando necessário ou, simplesmente, folheio para matar saudades, com particular atenção aos sublinhados e anotações.

Fi-lo, aliás, mais recentemente, no ensaio que intitulei “encadeamentos: meio lidos, meio vividos” (Afonso, 2024), retomando alguns momentos do meu “percurso pela sociologia brasileira” (o subtítulo não estava no original). Nesse texto, tal como neste que agora escrevo, revivo memórias de momentos de formação que constituem antecedentes marcantes da minha vida académica, com alongamentos ao início da minha carreira. [\[ii\]](#) Nada de especial, todavia; apenas um caminho normal, comum a muitos outros trabalhadores-estudantes dessa altura que, tal como eu, iam à luta.

Anos depois, já em Portugal, construí um percurso académico de quase quatro décadas, de que genericamente me orgulho, porém, sem a obsessão do cume a qualquer preço.

Pelo contrário – é isso que importa sublinhar –, foi um percurso tecido de experiências e vivências, não isentas de contradições, hesitações, consensos e dissensos (estes mais frequentes em torno de visões do mundo, tacticismos carreiristas, estratégias de sobrevivência...), mas também inesquecíveis oportunidades de trabalho conjunto, projetos, aprendizagens e interlocuções críticas, reciprocidades várias, solidariedades pontuais e, nalguns casos, duradouras

cumplicidades que se mantêm até hoje. E no que ao Brasil diz respeito, tal como referi anteriormente, com o alento de incontáveis travessias... e de tanto mar, tanto mar, a (não) nos separar!

Graduação, pós-graduação e primeiros passos na docência

Dando continuidade a estas andanças (ou bourdieusianas ilusões autobiográficas), e ensaiando novos encadeamentos, começo por revisitar o trabalho de Florestan Fernandes, não apenas porque me identifico com muitos dos aspetos da sua biografia e com muitos dos seus incontornáveis contributos científicos, mas também porque com ele (e através dele) se torna óbvia a sequência a que pretendo dar continuidade nestes *drafts* ensaísticos.

Florestan Fernandes, como é sabido, foi professor e orientador da tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, tendo este e Gabriel Cohn (aos quais me referi no texto anterior), sido também, a seu tempo, colegas na USP. Florestan Fernandes foi o primeiro dos grandes sociólogos brasileiros com quem brevemente interagi, quando eu, ainda estudante, o contactei para uma breve entrevista destinada a um trabalho para uma disciplina da graduação. Creio que o lugar de encontro terá sido algures no prédio da PUC/SP, pois ele, depois do exílio, tinha regressado ao Brasil e sido contratado como professor titular por esta universidade. [\[iii\]](#)

Já não lembro exatamente, talvez tenha sido um trabalho para a disciplina de sociologia I ou sociologia II do curso de ciências políticas e sociais – curso que empenhada e entusiasticamente frequentei na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, instituição de ensino superior com uma história e um *ethos* muito próprios, onde lecionaram nomes famosos das ciências sociais (nacionais e internacionais) e, por isso, com um passado de pesquisa e de leção invejável.

Essa tradição (embutida na cultura organizacional) [\[iv\]](#) induzia de algum modo o nosso empenho académico, sem, todavia, impedir que desfrutássemos da Escola como lugar de análise e reflexão sociológicas, e também de alguma contestação e crítica (a que nunca ficou imune um ou outro professor e respetivo programa).

Considerado o contexto social e político da época, ainda permanecia, mas já agonizava, a ditadura militar. Para alguns grupos de estudantes (ainda que, no meu caso, com uma visão menos ortodoxa), isso parecia alimentar uma sedutora e particular adesão a autores de esquerda, desde os clássicos como Karl Marx a alguns marxistas brasileiros de referência, como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Octavio Ianni... [\[v\]](#)

Eu apreciava sobretudo as leituras cruzadas de vários autores e perspectivas (não apenas marxistas), em torno das quais assentava a maior parte das aulas do meu inesquecível professor argentino, Horácio Gonzalez, mobilizador de um ecletismo teórico ímpar, e indutor de frequentes sinergias interpretativas (de que tenho muitas saudades!).

Mas mais ou menos por essa altura, eram famosas as aulas de José Chasin, nomeadamente pela centralidade que dava a obras (difíceis) como *História e consciência de classe*. José Chasin era um *expert* em Georg Lukács e uma espécie de mito intelectual quando lecionou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Dele ouvira falar por outros colegas, mas nunca me calhara como professor.

Tendo estado junto com Florestan Fernandes na luta pela escola pública, José Chasin era um marxista inteligente, rigoroso e controverso que fizera uma tese de doutoramento sobre o *Integralismo* (prefaciada, aliás, por Antonio Candido), e defendida na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da qual saiu, mais ou menos por essa altura, por razões que desconheço (mas desconfio que possa ter alguma coisa a ver com o facto de Chasin pertencer a um grupo de intelectuais próximos do PCB).

Talvez por eu estar a frequentar a graduação em período noturno, não acompanhei esses factos. Mas a razão de algo que suscitava curiosidade e que tinha uma discreta ressonância na Escola faz parte das lacunas das minhas memórias de estudante.

Nesse contexto, a sedução por alguns autores era a rejeição de outros, aí incluído Karl Popper. Aliás, como iniciação à obra deste filósofo da ciência fui dos poucos que aceitei, sem qualquer resistência, fazer o trabalho que, creio, era para a cadeira de filosofia (introdução à teoria do conhecimento), tendo-me sido recomendada a *Autobiografia intelectual* (São Paulo, Cultrix, 1976). Avesso que sempre fui a ortodoxias, sempre achei que para fazer (ou aprender a fazer) a crítica a um autor, o melhor mesmo era começar por lê-lo, sem qualquer *parti pris*.

Depois, confirmaria por mim mesmo se haveria ou não razão para colocar no *index* um filósofo da ciência, de orientação liberal, que se interessava por perceber as especificidades das ciências sociais no contexto do que entendia ser o déficit explicativo do historicismo (Popper, 1980). É claro que esta justificativa só agora é rabiscada porque só agora é possível fazê-lo – não o era, de jeito nenhum, naquela altura.

Eu estava determinado a fazer o curso sem atrasos, ávido de saber, ciente da minha condição iniciática, de expectável ignorância. É, portanto, uma racionalidade *a posteriori*, porque a minha reação na altura terá sido mais de curiosidade e afirmação pessoal do que outra coisa.

Não fiquei fã de Karl Popper, mas comecei a respeitá-lo, acabando por adquirir a *Lógica da pesquisa científica* e *A miséria do historicismo*. Uma obra já não sei onde para, mas esta última continua a integrar a minha biblioteca, disposta numa prateleira onde algumas outras (da graduação e pós-graduação), adquiridas igualmente nesse tempo brasileiro, já não escondem as marcas no papel envelhecido, sinais de resistência depois de muitas bolandas.

Fiz, aliás, recentemente, uma razoável rearrumação e limpeza aos livros empoeirados e em fila dupla, há tempos silenciosamente acudindo por mim. E a esse propósito, lembrei-me e gostei de reler o que escreveu Afrânio Catani, referindo-se à sua biblioteca: “Manter uma biblioteca díspar sempre foi compatível com o meu humor borboleta, pulando de um livro ou de um tema a outro, como falaram Montaigne, Fourier e Bourdieu; assim me constitui e assim trabalho até hoje.

E acrescenta: “num aparente e empoeirado caos, quase nunca me perdi entre os impressos” (Catani, 2021, p. 34). Eu, pelo contrário, já me perdi vezes sem conta, antes de me surpreender ao reencontrar o que já não aguardava, ou não pensava ter.

Concluídos o bacharelato e a licenciatura, fui convidado para assistente de Eva Lakatos, tendo assumido a disciplina de Sociologia Geral – o que fiz em dois semestres de anos diferentes (II semestre de 1981 e I semestre de 1984), no curso de graduação de jornalismo, na reconhecida e pioneira Faculdade de Comunicação Cásper Líbero.

Mas como facilmente se depreende, a minha autonomia era ténue, quer porque estava a iniciar a experiência docente no ensino superior, quer pelo fato de ter de lecionar o programa seguindo de perto o livro adotado, da autoria da professora titular da disciplina – livro e disciplina com a mesma designação de *Sociologia geral* (Lakatos, 1981).

Aqui lembro de novo Florestan Fernandes quando, ainda estudante, confrontado com as dificuldades que sentia para acompanhar as aulas dos mestres e professores estrangeiros, escreve: “Não caí na armadilha dos que condenavam os *manuals*. Tive o bom senso de buscar neles uma base geral...” (Florestan, 1994, p. 130).[\[vi\]](#)

Apesar dessas óbvias limitações, consegui convidar para uma aula (que ficou memorável) o prestigiadíssimo jornalista e repórter Ricardo Kotscho. Nela, tal como fez em situações idênticas que descreveu em *A prática da reportagem*, procurou responder às questões dos estudantes “utilizando exemplos concretos de matérias em lugar de nebulosas teorias” (1986, p. 8).

Foi uma aula magistral que os estudantes adoraram, com momentos inesquecíveis de aprendizagem, a partir da partilha das suas experiências e convicções profissionais (e não só), as quais, por outros motivos e muito boas razões, continuei a ter o privilégio de voltar a testemunhar noutras ocasiões.

Logo a seguir à colação de grau, concorri e fui aprovado na primeira fase do exame de seleção para o mestrado em sociologia e ciência política do então Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ), mas, por razões várias, não cheguei a frequentar o curso.

Dois anos depois, entrei para o programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP, onde tive alguns professores que recorro bem: Edgar Assis Carvalho, em antropologia; Luiz Eduardo Wanderley, em Teorias de Mudança Social; e Bolívar Lamounier, em política. Mas, uma vez mais, atravessaram-se os problemas e dilemas da vida de um trabalhador-estudante: o trabalho de direção de uma unidade educacional da então Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor deixava-me pouco tempo e energia para levar a bom termo um curso manifestamente muito exigente, razão pela qual este projeto também ficou pelo caminho.

Guardo a carteirinha de estudante, a declaração com a classificação final da cadeira de Antropologia e alguns livros dos professores que tive na pós-graduação. [\[vii\]](#)

Mas o bichinho da vida acadêmica ia despertando, e mais ou menos por essa altura, também por indicação de Eva Lakatos, ainda surgiu uma hipótese de poder ser convidado para lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Isso, no entanto, nunca se concretizou.

Florestan Fernandes

Foi na Escola de Sociologia e Política de São Paulo que Florestan Fernandes fez a pós-graduação e obteve o mestrado em antropologia. [\[viii\]](#) De mãe portuguesa, que emigrara com os pais para o Brasil, “tangidos pela fome”, Florestan Fernandes teve uma infância e adolescência onde estiveram presentes todos os constrangimentos das classes populares mais pobres, mas lutando desde muito cedo contra as adversidades, tendo mesmo abandonado o estudo, contra a vontade, para conseguir sobreviver e ajudar a família.

A sua história de vida teve repercussões e traduções muito próprias na sua obra como sociólogo, na sua atividade como professor e na sua intervenção militante. A vivência de Florestan Fernandes como criança, adolescente e adulto na cidade de São Paulo, influenciou, por exemplo, a própria forma como viu e problematizou a questão racial.

Numa passagem de um dos seus textos escreve: “Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe [...]. Éramos varridos pela tempestade da vida e o que nos salvou foi o nosso orgulho selvagem, que deitava raízes na concepção agreste do mundo rústico, imperante nas pequenas aldeias do norte de Portugal [...]” (Florestan, 1994, p. 123).

Logo que foi possível, Florestan Fernandes retorna à escola e consegue obter as credenciais necessárias para acesso à educação superior. Já como assistente de Fernando Azevedo na USP, começa a construir e consolidar a sua amplamente reconhecida carreira acadêmica. Durante quase quinze anos (de 1955 a 1969) dirige um grupo de sociólogos, que seria conhecido pelo nome de Escola Paulista de Sociologia, do qual fizeram parte, entre outros, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sílvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi, Luiz Pereira, Gabriel Cohn e José de Souza Martins.

Florestan Fernandes é claramente um tipo particular de trãnsfuga, sobretudo quando se compara a sua trajetória, no que tem de semelhante e dessemelhante, com a de outros estudantes que também tiveram sucesso escolar sendo oriundos das classes populares. Como ele mesmo refere, “malgrado as minhas origens, logrei vencer as barreiras intelectuais e ter êxito como e enquanto estudante” (Fernandes, 1994, p. 129).

Por isso, contra o determinismo dos eventuais destinos, é importante lembrar a existência daqueles que nos revelam “as razões do improvável”, como mostra Bernard Lahire na edição brasileira de *O sucesso escolar nos meios populares*, ou, em Portugal, entre outros trabalhos, o livro de João Teixeira Lopes – *Elas. Percursos inesperados de jovens mulheres das classes populares* ou, ainda, a tese de doutoramento de Cristina Roldão sobre as desigualdades perante a escola e os “trajetos de contratendência” relativos ao sucesso escolar de jovens das classes populares, neste caso, descendentes de

africanos (Roldão, 2015).

Para mim, enquanto sociólogo da educação, e para muitos autores e exegetas mais conhecedores da sua obra, estes tempos iniciais da biografia de Florestan Fernandes são particularmente expressivos, não apenas pelo que contêm como testemunho de vida, mas também porque não podem ser desligados do interesse que sempre manteve pelas questões educacionais.

O seu envolvimento em momentos cruciais, como, entre muitos outros, os da Campanha em Defesa da Escola Pública e da elaboração da LDB, bem como tudo o que deixou escrito sobre questões educacionais, contribuíram muito para marcar a sua ação como sociólogo, cidadão e intelectual público.

Se é verdade que Florestan Fernandes contribuiu para o impulso inicial de consolidação da sociologia brasileira através da educação, também se pode afirmar que os seus trabalhos no campo da Sociologia podem ser vistos igualmente “como contribuições que estaquearam também o campo da Sociologia da Educação” (Mazza, 2002b, p. 39).

Desde finais dos anos 1950, Florestan Fernandes empenhou-se em diferentes cruzadas em defesa da escola pública – ações que ele mobilizou ou ajudou a mobilizar em muitos outros momentos, envolvendo e incentivando os seus orientandos, entre os quais estavam FHC e Octavio Ianni. Inicialmente, a criação de um sistema público de ensino não foi um projeto consensual, tendo encontrado muitas barreiras em alguns setores da sociedade brasileira, a começar pelos grandes proprietários de terra e, anos depois, alguns setores mais conservadores da igreja e as forças privatistas.

Apesar das diferenças de pensamento político, o grupo liderado por Florestan Fernandes articulou-se (conjunturalmente) com o grupo constituído pelos chamados Pioneiros da Educação Nova onde pontuavam liberais como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira. As propostas, no entanto, encontraram resistências por serem consideradas progressistas para a época.[\[ix\]](#)

O golpe militar de 1964 acabou por interromper esse movimento pela educação, seguido do exílio de muitos intelectuais, entre os quais o próprio Florestan Fernandes. Nos anos 1980 começam os sinais de transição e são retomadas as lutas pela educação que, tal como outras lutas pela democratização, ganham nova centralidade.

Estes primeiros ensaios de transição para a democracia eu ainda os pude viver e sentir com bastante intensidade. E a luta de Florestan pela educação voltou a contar com ele, agora como deputado constituinte – “Ele reitera a defesa das verbas públicas exclusivas para o ensino público, a democratização radical de todos os níveis de educação, a revolução da escola (os materiais didáticos, as metodologias de ensino e os processos de avaliação), o combate a todo e qualquer tipo de preconceito, exclusão, opressão dentro e fora da escola, a identificação dos professores, gestores e funcionários da educação com as condições de opressão dos de baixo e não com os interesses dos de cima” (Mazza, 2022, p. 25).

Mas passadas algumas décadas, ainda que com conquistas educacionais importantes em democracia, as memórias da luta de Florestan Fernandes pela educação e pela escola pública, tal como as lutas de muitos outros e outras em diferentes conjunturas sociais e políticas, parecem estar de novo a ser obscurecidas e desvitalizadas.[\[x\]](#)

O regresso, nas vésperas da integração europeia

De regresso a Portugal, em meados dos anos 80, e depois de um ano a lecionar no ensino secundário (ensino médio), fui selecionado em concurso público para o lugar de assistente estagiário (primeiro degrau da carreira universitária), passando, a partir de então, a dedicar-me de corpo e alma a uma nova etapa da minha vida na então área de análise social e organizacional da educação, da Universidade do Minho.

Um passo fundamental, de uma nova etapa – 30 anos de idade feitos, e bem na altura de possibilitar a estabilidade necessária para a educação dos meus três filhos (um lisboeta e dois paulistas).

Retomei a partir daí o aprofundamento mais sistemático da sociologia da educação, bem como aprendi o essencial do que então era lecionado na disciplina de organização e administração escolar (mais tarde administração educacional), que era outra valência estruturante da área científica à qual pertencia o grupo de docentes que passei a integrar.

As duas disciplinas faziam parte do *core curriculum* dos cursos de formação de professores – oferta formativa com enorme demanda na Universidade do Minho naquela época e anos subsequentes, e contexto favorável à expansão e consolidação das Ciências da Educação.

Para além das tarefas da docência, procurei zelar por manter algumas rotinas familiares o melhor que sabia – o que, diga-se, hoje teria feito diferente em muitas coisas, mas nunca deixando o prazer das livrarias (que continua vivo), ou os convívios interfamiliares e a prática do jogo da sueca com colegas amigos (que durante alguns anos foi indispensável nas sextas-feiras à noite). Em qualquer caso, nunca descuidei o estudo e a autoformação intelectual mais ampla, buscando realizar o que era esperado e desejável para me manter e progredir na carreira universitária, nas quase quatro décadas que se seguiram.

Estávamos no início do primeiro e mais curto governo minoritário do período cavaquista, o qual não durou uma legislatura completa, antecedendo os dois governos seguintes, apoiados por maiorias absolutas no Parlamento, na sequência de duas eleições legislativas consecutivas. Tudo somado, uma década de governação (1985-1995) apoiada pelo partido social-democrata de centro-direita (PSD), com Cavaco Silva, professor de economia e admirador de algumas políticas Thatcheristas, como primeiro-ministro de Portugal.

Mas apesar da estabilidade governativa verificada, o período analisado revelou-se muito sincrético e heterogéneo do ponto de vista das políticas sociais e económicas, quer as que foram adotadas, quer as que foram apenas discursivamente valorizadas.

Mais concretamente, a natureza do Estado continuava (em grande parte) por definir, havendo tensões importantes em jogo que resultavam, quer das mudanças pós-revolução de abril de 1974, quer da necessidade de, na sequência da descolonização e reconhecimento das respetivas independências das antigas colónias, Portugal (re)encontrar ou (re)definir a sua estratégia de inserção no sistema mundial — inserção essa que aconteceu com a integração na então Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) e, consequentemente, com a estabilização no modelo de democracia representativa, de tipo ocidental, que haveria de se confrontar e (re)articular (em diferentes fases e com muitas tensões e contradições) com a manutenção e expansão do capitalismo.

Foi esse, aliás, o objeto da pesquisa que escolhi para doutoramento, mais concretamente, as políticas educativas no período 1985-1995, tendo a avaliação como porta de entrada para a análise sociológica. Nesse sentido, procurei, entre outras dimensões, analisar a agenda educativa neoconservadora e neoliberal emergente nos países centrais, confrontando-a com a realidade portuguesa na referida década de governação sustentada pelo partido social-democrata, de centro-direita (PSD), tendo concluído pela existência de uma agenda de política educacional, em relativo contraciclo, que designei como sendo a expressão de um neoliberalismo educacional mitigado.

Como escrevi na tese, “dado que muitos dos elementos e marcas tendencialmente neoliberais ou não passaram dos discursos enquadramentos à promulgação das políticas ou, dada a especificidade da realidade portuguesa e do sistema educativo, assumiram configurações extremamente ambíguas e contraditórias ou, ainda, quando foram implementados não produziram os efeitos verificados em outros contextos, talvez seja mais rigoroso considerar que o que se desenvolveu entre nós, [naquela década], aponta mais no sentido de um neoliberalismo educacional mitigado, resultante das pressões contraditórias exercidas pelos diferentes grupos e classes sociais que participaram, directa ou indirectamente, na definição da política educativa, do que no sentido da assunção inequívoca de todos os traços e dimensões que, em outros países, têm sido considerados expressivos e definidores das políticas da nova direita” (Afonso, 1998, p. 232).

Estas conclusões, inicialmente criticadas por alguns autores, acabaram ao longo do tempo por ter uma clara confirmação

empírica, nomeadamente em períodos de posterior radicalização neoliberal.

Florestan Fernandes: coisas laterais

Com a conclusão e defesa da tese e o acesso a um novo patamar da carreira universitária, aumentaram consideravelmente as responsabilidades institucionais e as disponibilidades para ir além da investigação, retomar a docência, voltar às rotinas normais da vida académica e aceitar novos desafios.

Os inúmeros congressos científicos (nacionais e internacionais) que frequentei, ativa ou passivamente, praticamente sem interregnos ao longo dos anos, foram quase sempre lugares e tempos luminosos, porque indispensáveis à formação, à aprendizagem intersubjetiva, à vivência de momentos únicos e, sobretudo, ao conhecimento atualizado do trabalho de investigação dos pares, em comunidades de pertença ou de referência. Conto sucintamente um caso.

Em Portugal, no I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que se realizou em julho de 1990 na Universidade de Coimbra, Florestan Fernandes foi homenageado com a atribuição do Doutoramento Honoris Causa pela Faculdade de Economia, tendo como padrinho Boaventura S. Santos e como Apresentante do doutorando Carlos Fortuna. Do discurso deste último, retiro o seguinte extrato: “O que de imediato nos congrega aqui é o desejo de consagrar a obra de um homem e de um sábio cujo exemplo queremos transportar connosco no futuro... [e] prestar homenagem a um dos mais prestigiados cientistas sociais brasileiros, por certo de todo o continente latino-americano e, não receio dizê-lo, de toda a comunidade científica internacional: o Professor Florestan Fernandes” (Fortuna, 1990).

Nesse congresso, recordo uma experiência marcante. Num dos dias, vários congressistas que assistiam a uma sessão plenária intervieram interpelando o painel de oradores. Uma das intervenções da plateia foi a de Florestan Fernandes. Como facilmente se compreende, tendo passado tantos anos, tenho uma ideia muito vaga do teor da intervenção e da resposta que se seguiu.

Mas o que de fato nunca esqueci, isso sim, foi a reação de estupefação e incredulidade de muita gente, tal como a minha, quando um dos oradores do painel retorquiu à intervenção de Florestan Fernandes. Foi uma objeção considerada completamente despropositada em relação ao clima académico, naturalmente festivo, que se respirava, e à natureza laudatória da cerimónia prevista para o dia seguinte.

Terá sido (já não tenho a certeza) algo motivado pela posição político-ideológica de Florestan Fernandes – convergente, aliás, com a sua conhecida e coerente adesão marxista e de sociólogo militante, vista, talvez, como anacrónica ou contrastante com a emergência de um outro espírito do tempo, numa altura em que já estavam a sentir-se as repercussões da queda do Muro de Berlim e os ventos de mudança que haveriam de derrubar os outros muros do chamado socialismo real.

Incidente breve e passageiro, porque havia muito para lá disso um clima mais propício a outros sentimentos e encontros, como lembra, aliás, Paulo Silveira (2021) no sugestivo e emotivo texto que intitulou “As armas da crítica e a crítica das armas”.

Por isso, num momento em que era um privilégio estar entre nós um nome incontornável da sociologia, ainda me parece mais paradoxal o eventual desconhecimento da sua coerência científica e política dado que Florestan Fernandes sempre assumira como possíveis de coexistir dialeticamente, ainda que com funções diferenciadas, não apenas o exercício da racionalidade weberiana, subjacente à ciência como vocação (lugar do professor e sociólogo), tanto quanto o exercício da política como vocação (lugar da cidadania política e da militância partidária).

Com data de 1976, na segunda edição de *A sociologia numa era de revolução social*, encontro algumas páginas em que Florestan Fernandes escreve sobre “os dois papéis dos sociólogos”, de onde retiro o seguinte extrato: “O sociólogo é cientista e, ao mesmo tempo, cidadão – membro de uma categoria social constituída por pessoas devotadas aos fins da

ciência e membro de uma comunidade nacional. Queira ou não, seu comportamento e modo de ser são influenciados por atitudes, valores e ideais científicos, extracientíficos e, até, anticientíficos” (Fernandes, 1976, p. 92).

E numa entrevista de 1981, afirma: “nunca tive medo de ser simultaneamente as duas coisas: um sociólogo que procura servir à busca de uma verdade por meio científico, e o propagandista que procura convencer os outros a ver o que tiram desta realidade para transformar o mundo. Essa é a parte da condição marxista, do intelectual” (entrevista a Bosi, Mota e Cohn, 2008, p. 139). Noutro texto, escreve: “nunca deixei cair de minhas mãos os valores, as bandeiras e as esperanças de um socialista militante” (Fernandes, 1989, p. 11).

Quando leio estas passagens, reforço a minha convicção de que o trabalho científico em sociologia, que nunca é neutro, jamais deve dispensar o pesquisador (enquanto tal) de procurar ser o mais objetivo possível, mas as duas coisas coexistem numa tensão permanente. Disso mesmo dá conta Ricardo Antunes (2008, p. 384) quando refere ser possível “ligar um trabalho rigoroso, científico com a militância. Isso não é uma antinomia”.[\[xi\]](#)

***Almerindo Janela Afonso é professor aposentado do Instituto de Educação da Universidade do Minho.**

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Encadeamentos – meio lidos, meio vividos. *Relato de percurso pela sociologia brasileira*. **A Terra é Redonda**. 2024. [Disponível neste link](#).

AFONSO, Almerindo Janela. *Políticas Educativas e Avaliação Educacional*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1998.

ANTUNES, Ricardo, entrevista. In: LOUREIRO, Maria Rita; BASTOS, Elide Rugai; REGO, J. Marcio Rebolho. *Conversas com Sociólogos Brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil*. São Paulo: FGV-EAESP/GVpesquisa, 2008, p.379-399. [Neste link](#).

BOSI, Alfredo; MOTA, Carlos Guilherme; COHN, Gabriel. Florestan Fernandes, história e histórias. In: COHN, Amélia (org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008, p. 96-147.

Bresser-pereira, Luiz Carlos. O marxismo neoliberal da USP. **A Terra é Redonda**. 2025. [Disponível neste link](#).

CANDIDO, Antonio. *Lembrando Florestan Fernandes*. São Paulo: Edição Particular, 1996.

Catani, Afrânio M. Borboleteando na biblioteca. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 6(17), p. 34-46, 2021. [Neste link](#).

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição Inacabada. Vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. *Estudos Avançados*, 8(22), p.123-138, 1994.

FORTUNA, Carlos. *Doutoramento Honoris Causa de Florestan Fernandes. Elogio do Candidato proferido pelo Prof. Doutor Carlos Fortuna*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Sala Grande dos Actos, 4 de Julho de 1990. [Neste link](#).

FREYRE, Gilberto. *Como e Porque Sou e Não Sou Sociólogo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1968.

Henriques, Vera B. O ataque à educação pública em São Paulo. **A Terra é Redonda**. 2025. [Neste link](#).

KOTSCHO, Ricardo. *A Prática da Reportagem*. São Paulo: Ática, 1986.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1981.

LEHER, Roberto *et al.* Novas possibilidades históricas para a democracia e para a educação pública. *Educação e Sociedade*, v. 44, 2023. e271371. <https://doi.org/10.1590/ES.271371>

LIMA, Licínio C. Considerações em torno do ato de estudar Paulo Freire. *Estudos Universitários*, 38 (1), 2021, p. 95-122.

MAZZA, Débora. Florestan Fernandes. In: Fábero, Maria de Lourdes & BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de Educadores no Brasil. Da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Unep-Comped, 2002a, p. 369-381.

MAZZA, Débora. A produção sociológica de Florestan Fernandes e as suas interfaces com a sociologia da educação. *Educação em Revista*, 36, pp. 25-41. 2002b.

MAZZA, Débora. A educação em Florestan Fernandes. In: TOTTI, Marcelo Augusto (Org.). *100 Anos de Florestan Fernandes - legado de ciência e militância*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, p. 17-28.

POPPER, Karl. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix/ Ed. USP, 1980.

ROLDÃO, Cristina. *Fatores e perfis de sucesso escolar “inesperado”. trajetos de contratendência de jovens das classes populares e de origem africana*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE, 2015.

TORRES, Leonor. Novas temporalidades educacionais na construção da cultura da organização escolar. *Educação & Sociedade*, 44, 2023, e260427. <https://doi.org/10.1590/ES.260427>

SILVEIRA, Paulo. As aramas da crítica e a crítica das aramas. **A Terra é Redonda**. 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/as-armas-da-critica-e-a-critica-das-armas/>>

Notas

[i] Ao correr da pena, incapaz de resistir à evocação, nunca acho demais relembrar a letra da belíssima composição de Chico Buarque em homenagem à Revolução dos Cravos de abril de 1974 e a tudo o que nela está contido de vivências, esperanças e afetos.

[ii] “Alongamentos”, uma palavra que aqui uso como recurso estilístico, consciente das ressonâncias Freireanas desta minha, eventualmente inapropriada, extrapolação. É que, como lembra Licínio C. Lima, Paulo Freire imaginava, recriava e usava a língua portuguesa de um jeito único, tendo mesmo construído um idioleto próprio, de tal modo que “os seus *alongamentos* de outros autores e abordagens teóricas são um recurso epistêmico e não apenas estilístico” (Lima, 2021, p. 117-118).

[iii] Buscados aleatoriamente, dois testemunhos entre muitos outros de sociólogos e intelectuais brasileiros: “Florestan Fernandes foi o maior sociólogo que a USP já teve”, escreveu Bresser-Pereira (2025). Teve uma carreira com “uma extraordinária integridade e uma consciência intelectual e política que fazem dele o homem mais eminente da minha

geração”, sublinhou Antonio Candido (1966, p. 26).

[iv] “[...] a antiguidade da organização emerge como uma das dimensões mais importantes na consolidação da cultura organizacional, pois é no decurso do tempo que as tradições, as rotinas e o *modus operandi* se convertem em regularidades culturais estáveis. Importa, por isso, reconhecer que estas invariantes estruturais constituem os pilares da identidade da organização, que norteiam e regulam a ação coletiva” (Torres, 2023).

[v] Não resisto a transcrever uma passagem que me parece elucidativa da recepção do marxismo por alguns setores, eruditos mas conservadores, bem representados por Gilberto Freyre quando, não sem uma pitada verrinosa, escreve: “O marxismo chamado científico [...], é atualmente representado com inteligência e brilho, no Brasil, no campo dos estudos sociológicos, pelo Professores Caio Prado Júnior, Gláucio Veiga e Florestan Fernandes; e pelo discípulo do professor Fernandes – porventura mais lúcido do que o mestre – Fernando Cardoso, e com menor inteligência e maior ânimo faccioso, pelos professores Ocatvio Ianni e Néelson Werneck Sodré” (Freyre, 1968, p. 32).

[vi] A minha situação naquela altura, vista agora em retrospectiva, também tinha, comparativamente, outras especificidades e precariedades, desde logo institucionais, ainda que resultasse igualmente do poder de decisão (da cátedra ou algo similar) de um professor (neste caso professora), titular de uma disciplina. É de qualquer forma curioso e revelador o que escreve Antonio Candido a propósito da USP em décadas anteriores: “Convém esclarecer que o assistente da Universidade era um funcionário sem qualquer garantia, nomeado por indicação do professor e demissível a qualquer momento por simples comunicação escrita dele, sem necessidade sequer de justificativa. Por isso, não tínhamos carreira e eramos assistentes dos professores, mais do que da instituição (o que, seja dito, não era ruim se o professor fosse bom). A partir de 1944, portanto, Florestan Fernandes e eu fomos os dois assistentes de Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia II” (Candido, 1996, p. 38).

[vii] A PUC-SP sempre foi para mim uma universidade especial, com um clima acadêmico e uma relação entre pares muito gratificantes. Ao longo da minha vida acadêmica, fui algumas vezes arguente em bancas de doutoramento e, na sequência de intercâmbios, no contexto de co-orientações de doutoramento e ou pós-doutoramento, tive o privilégio de conhecer e aprender com colegas prestigiados desta importante instituição de ensino superior, nomeadamente da Faculdade de Educação e da Faculdade de Ciências Sociais.

[viii] Chamava-se então Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e decorria o ano de 1945. “A pós-graduação na ELSP tinha uma estrutura predominantemente anglo-norte-americana, pela qual os alunos tinham a possibilidade de um contato de orientação com os docentes e eram obrigados a fazer trabalhos de aproveitamento de cada disciplina” (Mazza, 2002a, p. 372). Com efeito, como lembra também Antonio Candido, “Na Universidade de São Paulo não havia ainda o grau de mestre, que a Escola de Sociologia e Política introduziu por influência dos sociólogos norte-americanos que nela vieram ensinar” (Candido, 1996, p. 40).

[ix] “[...] elas foram sabotadas pela resistência a políticas educacionais ‘estatizantes’, principalmente pela Igreja Católica e pela poderosa rede de estabelecimentos de ensino particular que são, hoje, uma próspera indústria” (Fernandes, 1989, p. 120).

[x] A escola pública, enquanto direito democrático, está sendo posta em causa, nomeadamente em São Paulo, em consequência da militarização de muitas escolas, da pressão privatista (onde se inclui a plataformização e os novos poderes curriculares das fundações filantrópicas), e ainda dos despedimentos arbitrários de professores e dirigentes escolares (Henriques, 2025). Esta denúncia revela o desencanto atual que contrasta com a esperança renovada que era possível expressar quando em 2023 o Presidente Lula assumiu o terceiro mandato: “[...] é um alento histórico que, para ser sustentável social e politicamente, exigirá da educação pública a irradiação de culturas democráticas e de massiva pedagogia política que contribuam para a desfascistização da sociedade” (Leher *et al.*, 2023).

[xi] Entrevista realizada em maio de 2005, por Maria Rita Loureiro e Elide Rugai Bastos e integrada em Loureiro, Bastos e

Rego (2008, p. 379-399).

A Terra é Redonda